

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

**Referência:** Pregão Eletrônico nº 037/2024 – NLC/PRES

**Objeto:** Registro de Preços para aquisição de poltronas e cadeiras para os empregados da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, conforme descrições, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

1. **DA INTRODUÇÃO**

- 1.1. O Pregão Eletrônico nº 037/2024 – NLC/PRES teve o seu edital publicado no dia 26 de novembro 2024, com abertura do certame prevista para o dia 11 de dezembro de 2024 às 9hrs.
- 1.2. Foi apresentado o seguinte pedido, conforme Doc. SEI/GDF nº 158060082.

2. **DA TEMPESTIVIDADE**

- 2.1. Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento da presente pedido de esclarecimento, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.

3. **RELATO**

- 3.1. Em suas razões, a empresa pugna por:
- 3.2.

DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE	DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO
<p>1) DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Registre-se de plano, que a Impugnante, como empresa especializada no ramo moveleiro, detém total e irrestrita capacidade estrutural e tecnológica de oferecer o mobiliário necessária à aquisição promovida por esta Secretaria. A bem da verdade, em razão de sua solidificação no mercado público, a Impugnante possui plena capacidade técnica e financeira para fornecer os mais diferentes tipos de produtos de mercado. Contudo, ao passo que no presente certame traz consigo cláusulas que comprometem a disputa, a Administração fica inviabilizada de analisar uma oferta extremamente vantajosa, impossibilitando até mesmo que uma das empresas mais capacitadas para esta contratação possa ser selecionada à contratação. A empresa na condição de fornecedora do material pretendido, em análise ao instrumento convocatório em epígrafe, cumpre observar que existem exigências que restringem significativamente a esfera de licitante. Com efeito, o exame acurado do edital revela situação que merece urgente reparo pela autoridade administrativa elaboradora do instrumento convocatório, pois cria óbice à própria realização da disputa, limitando o leque da licitação a apenas empresa pré-determinada. Nesse sentido, impende salientar à queima-roupa que a matéria-objeto da presente impugnação é questão pacificada no âmbito do Tribunal de Contas da União, cabendo lembrar que segundo a Súmula STF nº 347, 'o Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público' podendo, assim, declarar a nulidade de qualquer ato e procedimento adotado em uma licitação que esteja em dissonância com seus preceitos, com a lei e, em especial com os princípios da Nova Lei de Licitações. Nessa esteira, cabe lembrar que o órgão licitante, como do Governo Federal, se regência pelos preceitos ditados pela Corte de Contas da União, titular do poder de "exercer o controle de legalidade dos atos praticados pela Administração, em especial, decorrentes de licitações públicas processadas." Sob esse enfoque, oportuno destacar que o direcionamento em certames licitatórios é assunto diuturnamente tratado pelo Tribunal de Contas da União, que em sua função maior de fiscalizador da atividade administrativa, já decidiu reiteradas vezes a respeito do assunto. Nesse sentido, vale trazer à baila um de seus julgados sobre a matéria, in verbis:</p> <p>"( ...) 9. Postos esses fatos, em especial os que demonstram possibilidade de direcionamento da concorrência em tela, é de reconhecer o fumus boni iuris nas ponderações apresentadas pela Unidade Técnica. De notar que o prosseguimento do certame poderá causar prejuízos ao Erário, haja visto que, em princípio, o edital não observa os princípios da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e da isonomia entre os licitantes, uma vez que há indícios de favorecimento à empresa Politec Ltda. Ressalta-se, adicionalmente, o elevado valor envolvido - cerca de R\$ 8.670.000,00 ( oito milhões, seiscentos e setenta mil reais)." (Decisão 819/2000 - Plenário)</p> <p>"Assim, em suma, observamos que não foram suficientemente ilididos os questionamentos em tela, podendo-se concluir pela responsabilidade da presidente (como de todos os membros) da CLP, por agir de forma ao menos omissiva, permitindo que houvesse o direcionamento, os sobrepreços e o favorecimento questionados. Por isso, sujeita-se a responsável à multa prevista no art. 43, parágrafo único, da Lei nº 8.443/92, na proporção, opinamos, de 15% ( RI-TCU, art. 220, inc. III)." (ACÓRDÃO Nº 105/2000 - TCU - Plenário AC-0105-20/00-P) Quanto à ação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no caso de possível direcionamento, colacionamos decisão nº 153/98, in verbis: "O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE: 3. Considerando os indícios descritos de direcionamento da aludida licitação; e que tal procedimento licitatório não se conformaria à atual política de contenção de gastos impostos à Administração Pública, solicita que este Tribunal se digne a: a) liminarmente, determinar ao Ministério da</p>	<p>• <b>DA VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA - PARCELAMENTO DO OBJETO:</b></p> <p>Considerando a inviabilidade técnica e econômica da divisão, a execução integral do objeto justifica-se pela necessidade de garantir a eficiência, uniformidade e economicidade na contratação, em conformidade com os princípios aplicáveis. Entende-se que empresas especializadas de cadeiras possuem plena capacidade de atender às especificações exigidas, considerando que o item pertence ao mesmo segmento.</p> <p>• <b>DA NÃO APLICAÇÃO CORRETA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/14:</b></p> <p>Conforme justificado no item 21 do Termo de Referência:</p> <p>22.1 Quanto à previsão do benefício da cota reservada, o artigo 26 da Lei nº 4.611, de 09 de agosto de 2011, que regulamenta, no Distrito Federal, o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, consigna:</p> <p>"Art. 26. É estabelecida cota reservada para as entidades preferenciais nas licitações para aquisição de bens e obras de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto." (grifo nosso)</p> <p>21.2 Adicionalmente, Joel de Menezes Niebuhr traz o seguinte entendimento a propósito do tema:</p> <p>"A questão é a seguinte: o inc. III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06 prescreve que se promova licitação, para aquisição de bens de natureza divisível, com cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. Fica claro que a cota reservada não é, necessariamente, de 25%. O texto prescreve que é de até 25%. Logo, em princípio, pode ser, por exemplo, 20%, 10%, 1% ou 0,5%. O limite máximo é 25%, o mínimo quem define é a Administração."</p> <p>21.3 Isso posto, entendemos que requer um fornecedor com capacidade robusta de recursos e insumos para garantir o fornecimento adequado e dentro dos padrões exigidos. Posto isso, aplicação da cota reservada conforme estipulado no Artigo 26 é impraticável neste contexto específico. A prioridade é assegurar a eficiência e a qualidade do fornecimento, o que somente pode ser alcançado por empresas com capacidade consolidada de recursos e insumos. Dessa forma, a dispensa da aplicação do Artigo 26 é justificada pela necessidade de garantir a padronização dos materiais e a eficiência logística na execução do contrato.</p> <p>• <b>DA AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS QUE DEMONSTREM UMA AQUISIÇÃO SUSTENTÁVEL:</b></p>

Justiça a suspensão do mencionado procedimento licitatório, uma vez que a matéria indica a abertura de propostas para o dia 11 do mês corrente; b) determinar, com fulcro no art. 41, inciso 11, também da Lei nº 8.443/92, a realização de inspeção no Ministério da Justiça, com vistas ao cumprimento dos mistérios supra-assinalados e, se for o caso, identificar os responsáveis pelos atos eventualmente irregulares. 5. Em resposta à diligência desta Secretaria, por meio do ofício nº 68/SE/MJ, de 03/02/98 (fls. 12), o MJ prestou as seguintes informações: a) os atos referentes ao processo licitatório da Tomada de Preços nº 12/97 foram suspensos por intermédio da Portaria do Gabinete do Ministro/MJ nº 1.215, de 02/12/97 (fls.14); b) a mesma Portaria desconstituiu a Comissão Permanente de Licitação, dispensando os seus membros; c) Comissão de Avaliação, constituída mediante Portaria do Gabinete do Ministro/MJ, de 18/12/97, (fls. 16) para analisar a matéria, concluiu pela existência de irregularidades na licitação que comprometeriam todo o procedimento até então praticado, ante a inobservância do disposto no art. 3º, inciso I, da Lei 8.666/93 (fls.22)"

Inclusive, não é demais lembrar que a própria Lei está carregada de tópicos de preocupação, acerca da responsabilização de eventuais responsáveis da disputa por: imposição de restrições indevidas à ampla concorrência; b) elaboração imprecisa de editais e c) inclusão de cláusulas que denotam o direcionamento do procedimento licitatório, ao qual cabe-nos alertar essa Administração, sabendo que a mesma foi induzida a erro.

Dando respaldo a esse poder de cautela, a norma ordena que, os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos da lei de licitações, além das sanções próprias administrativas previstas, sujeitam-se à responsabilidade civil e criminal. Assim, os fundamentos jurídicos aqui expendidos são fonte de valia universal perante a sociedade brasileira, operadores do direito, e PRINCIPALMENTE AGENTES PÚBLICOS, pois constituem proteção ao sagrado interesse público maior razão esta suficiente a proclamar a retificação do edital no tocante à exigências que extrapolam os comandos legais, como será demonstrado a seguir: 2) DOS MOTIVOS DETERMINANTES DA REFORMA DO EDITAL O exame acurado do edital revela que, não obstante o órgão licitante tenha se apoiado em requisitos usuais do mercado para garantir uma aquisição direcionada à "bens comuns", veio inserir exigência incompatível com os próprios limites impostos pela lei o que acaso não revista poderá cercear o direito de participação de inúmeras empresas interessados. Administração fica inviabilizada de analisar uma oferta extremamente vantajosa, impossibilitando até mesmo que uma das empresas mais capacitadas para esta contratação possa ser selecionada à contratação. Conforme será exposto, a junção dos fatores que serão abaixo elencados possibilitam a participação de uma pequena gama de indústrias apenas, excluindo os representantes e as micro e pequenas empresas. Com efeito, o exame acurado do edital revela situação que merece urgente reparo pela autoridade administrativa elaboradora do instrumento convocatório, pois cria óbice à própria realização da disputa, limitando o leque da licitação.

a. Da aquisição por lote Em acurada análise aos produtos que compõem o lote percebe-se que o critério de aglomeração adotado pela Administração não se coaduna as expectativas legais que justifiquem tal formação. É evidente que a Administração, ao optar pela aquisição mediante lote, privilegia de sobremaneira a atuação de empresa pré-determinada. Assim, considerando que o lote está composto de produtos que são passíveis de serem adquiridos por item unitário, faz-se necessário que a Administração proceda com a reformulação do instrumento convocatório de modo a respeitar as imposições legais não admitindo que seja feito de forma discricionária.

a.l) Da viabilidade técnica e econômica As obras, os serviços e as compras pretendidas pela administração serão divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, correspondendo uma licitação distinta para cada etapa ou conjunto de etapas da obra, serviço ou compra. Destaca-se o entendimento do mestre Jacoby: ... cabe indicar parâmetros para operacionalizar a regra do parcelamento, com vista ao desenvolvimento de economias locais. São objetivamente os seguinte:

1. a primeira norma é que, desde o advento da Lei nº 8.666/93, é obrigatório parcelar o objeto; 2. o parcelamento do objeto deve ser feito em tantas partes quantas forem tecnicamente viáveis; 3. no parcelamento, deve ser considerado o aspecto econômico, fundado em três ângulos: as vantagens da economia de escala, o aproveitamento dos recursos do mercado e a ampliação da competitividade.' (grifo nosso) A viabilidade econômica exige que o fracionamento (diminuição quantitativa e qualitativa do objeto licitado) resulte, concomitantemente, em aumento da competição entre os fornecedores e em efetiva redução de preços. O parcelamento ou aglomeração não poderá ser feito sem garantia desses dois pressupostos que deverão atingir a realização de contratação mais vantajosa para a Administração Pública. Considerando o grande quantitativo dos objetos relacionados no Termo de Referência, é perfeitamente viável a divisão do lote em itens autônomos para que possibilite que, por exemplo, uma empresa que não forneça cadeiras não seja excluída do certame por fornecer apenas longarinas ou sofás. Quanto ao conceito de viabilidade técnica destacamos as palavras do doutrinador Marçal Justen Filho: Não se admite o fracionamento quando tecnicamente isso não for viável ou mesmo recomendável. O fracionamento em lotes deve respeitar a integridade qualitativo do objeto a ser executado. Não é possível desnaturar um certo objeto, fragmentando-o em contratações diversas e que importam o risco de impossibilidade de execução satisfatória. Se a Administração necessitar adquirir um veículo, não teria sentido licitar a compra por partes (pneus, chassis, motor, etc.). Mas seria possível realizar a compra fracionada de uma pluralidade de veículos. Em suma, o impedimento de ordem técnica significa que a unidade do objeto a ser executado não pode ser destruída através do fracionamento. Desta feita, passou a ser regra obrigatória o parcelamento nas compras, obras e serviços. (o que não deve ser confundido com parcelamento de despesa). Sobre o assunto, o Tribunal de Contas da União possui jurisprudência pacificada: é obrigatória a admissão, nas licitações para a contratação de obras, serviços e compras, e alienações, onde o objeto for de natureza divisível, sem prejuízo do conjunto ou complexo, da adjudicação por itens e não por preço global, com vistas a propiciar a ampla participação dos licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade de objeto, possam, contudo fazê-lo com referência a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequarem-se a essa divisibilidade. Nessa esteira, a viabilidade técnica e econômica alegada pelo administrador público para a licitação

A presente licitação será realizada com base na Lei nº 13.303/2016, bem como no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP. Cabe ressaltar que no item 7 do Termo de Referência estabelece os critérios e práticas de sustentabilidade, bem como no item 22.7, que a licitante vencedora deverá apresentar cópia da documentação relativa à **Certificação da Cadeia de Custódia e/ou Selo da Cadeia de Custódia do Cerflor, FSC ou equivalente, para todos os itens que empregarem madeira em sua composição**, que a matéria-prima empregada na produção do mobiliário ofertado, cumpre os requisitos do Conselho Brasileiro de Manejo Florestal - FSC Brasil, do CERFLOR (INMETRO), ou organismos de controle ambiental equiparados, como comprovação de atendimento aos atributos de sustentabilidade.

por lote deve ser previamente comprovada e juntada aos autos do processo licitatório, como demonstram os seguintes excertos:

Depara-se, portanto, que o edital abrange uma diversidade de objetos com caraderísticas técnicas distintas, sem interferências e, que diante de sua independência, deveriam ser licitados de forma parcelada. (...) Assim, a intenção da legislador é que a licitação seja sempre realizada de forma parcelada quando houver viabilidade técnica e econômica, observada a modalidade pertinente para o valor total da contratação. Em outras palavras, a lei estabelece que o administrador deve demonstrar a inviabilidade técnica e econômica da divisibilidade, quando deixar de adotar o parcelamento". (TCE/MT - Processo nQ 30503/2008). Abstenha-se de realizar procedimentos licitatórios, mediante fracionamento de despesa, sem que o modalidade de licitação escolhida tenha permitido, comprovadamente, o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, nos termos do 9 12 do art. 23 do Lein. 8.666/1993 (orts. 22 e 23, 9 22, parte final). (Acórdão 1049/2004 Primeira Câmara)". Avalie a viabilidade técnica e econômica do parcelamento de compras administradas par aquele órgão, em articulação com a solicitante, com o objetivo de aproveitar as peculiaridades do mercado, visando a economicidade, e que os resultados da mencionada avaliação figurem nos autos do processo de compra. (Acórdão2 496/1998 do Plenário). Destacamos que tal viabilidade técnica torna-se mais premente e passível de divisão do lote quando realiza-se a especificação técnica os objetos. Ademais, cumpre-se ainda ressaltar que a orientação do Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão afirma que os órgãos que realizarem pregões por lote só podem formalizar as compras dos itens que, de fato, possuem o menor valor alcançado na fase de lances. A Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEGES/MP), em atenção aos Acórdãos 2.977/2012-TCU-Plenário, 2.695/2013- TCU-Plenário, 343/2014-TCU-Plenário, 4.205/2014-TCU-1ª Câmara, 757/2015-TCU-Plenário, 588/2016-TCU-Plenário, 2.901/2016- TCU-Plenário e 3.081/2016-TCU-Plenário orienta os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg) que: No âmbito das licitações realizadas sob a modelagem de aquisição por preço global de grupo de itens, somente será admitida as seguintes hipóteses: a) aquisição da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou b) aquisição de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances. Constitui irregularidade a aquisição (emissão de empenho) de item de grupo adjudicado por preço global, de forma isolada, quando o preço unitário adjudicado ao vencedor do lote não for o menor lance válido ofertado na disputa relativo ao item, salvo quando, justificadamente, ficar demonstrado que é inexequível ou inviável, dentro do modelo de execução do contrato, a demanda proporcional ou total de todos os itens do respectivo grupo. Os editais de licitações deverão prever cláusulas que impeçam a aquisição diferente desta Orientação. Os acórdãos poderão ser acessados na íntegra no portal do órgão do Tribunal de Contas da União. ACÓRDÃO TCU Nº 1.893/2017-PLENÁRIO VOTO 42. Em registro de preços, a realização de licitação utilizando-se como critério de julgamento o menor preço global por grupo/lote leva, vis à vis a adjudicação por item, a flagrantes contratações antieconômicas e dano ao erário, potencializado pelas possibilidades de adesões, uma vez que, como reiteradamente se observa, itens são ofertados pelo vencedor do grupo a preços superiores aos propostos por outros competidores. ACÓRDÃO TCU 2.695/2013-PLENÁRIO VOTO 23.Deixo ainda registrado neste tópico que a modelagem de adjudicação por grupos conjugada à disputa por itens em certame promovido para registro de preços encerra alto potencial de dano ao erário diante da expectativa de adesão de entidades e órgãos públicos à ata de registro de preços: na adjudicação por grupo o menor preço global é do grupo assim considerado por inteiro, porém é possível haver no grupo preço de item superior aos preços oferecidos por outros competidores do mesmo grupo, o que levaria a administração a pagar mais caro por um determinado item, uma vez que não está obrigada a adquirir todo o grupo fechado, podendo comprar apenas um ou vários itens. Nesse toar, importante transcrever parcialmente trecho do Manual de Pregão Eletrônico do TCU1 , no capítulo referente à forma de adjudicação do objeto, que trata da adjudicação por grupo de itens utilizado quando o objeto se compõe de diversos itens de modo que o adjudicatário é o vencedor do grupo. Por esse critério, os itens são cadastrados individualmente no Sistema Comprasnet, processando-se a fase de lances para cada um deles. Vejamos o que disciplina o Manual: A adjudicação por grupo de itens é utilizada quando os diversos itens que compõem o objeto são agrupados, conforme critérios previamente estabelecidos, de modo que os adjudicatários são os vencedores dos grupos. Na adjudicação por grupo, os itens são cadastrados individualmente no sistema Comprasnet. A fase de lances se processa para cada um deles, mas a adjudicação é realizada aos vencedores dos grupos, ainda que estes não tenham apresentado o melhor lance para os itens individualmente considerados. (grifamos) Quando definida esta forma de adjudicação, as justificativas que a viabilizaram técnica e economicamente e os critérios para a formação dos grupos devem ser apresentados pela unidade requisitante. Exemplo: Objeto: aquisição do produto X, composto por 3 (três) itens distintos, reunidos em um único grupo. Grupo 1, formado pelos itens 1, 2 e 3. Realizada a fase de lances, foram obtidas as seguintes propostas:

	Item 1	Item 2	Item 3	Total-Grupo 1
Licitante A	10,00	35,00	50,00	R\$ 95,00
Licitante B	12,00	30,00	40,00	R\$ 82,00
Licitante C	15,00	40,00	38,00	R\$ 93,00

O objeto foi adjudicado ao Licitante B, ofertante do menor valor para o grupo (R\$ 82,00), ainda que este somente tenha apresentado o menor valor para o item 2, perdendo a disputa nos itens 1 e 3.

Observa-se que, no caso do exemplo acima, a licitante vencedora para o grupo de itens é a B, pois ofereceu o menor valor total para o grupo, ainda que apenas tenha apresentado preço menor para item 2. Nessa situação, conforme entende o TCU e orienta, em regra, não seria possível adquirir isoladamente os itens 1 e 3, essa aquisição só seria viável para o item 2, visto ser o único com valor menor em comparação com os lances ofertados pelas demais licitantes. Logo, a licitação por grupos estará prejudicada, uma vez que somente poderá haver aquisição dos itens com menores valore unitários, considerando todos os lances ofertados, ou aquisição de todos os itens que compõem o referido lote. a.2) Da não aplicação correta da lei

Complementar nº 147/14 A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar nº. 123/2006). popularmente conhecida como Lei do Simples, "Institui o Estatuto Nacional do Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte" estabeleceu normas gerais de tratamento diferenciado a ser dispensado às Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs) no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme previsto em seu art. 1º.

"Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequena porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere: I - à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias; /I - ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias; /II - ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão. IV - ao codostro nacional único de contribuintes a que se refere o inciso IV do parágrafo único do art. 146, in fine, do Constituição Federal." A Lei do Simples (LC 123/2006) trouxe grandes vantagens competitivas às Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs) contidas no Capítulo V - Do Acesso aos Mercados. E na Sessão 1- Das Aquisições Públicas do referido Capítulo (artigos 43 a 49) a Lei Complementar relacionou as vantagens que as Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs) gozariam na contratação com a Administração Pública. Os artigos 47 e 48 estabeleciam que:

"Art. 47. Nas contratações públicas da União, dos Estados e dos Municípios, poderá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção da desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, desde que previsto e regulamentada na legislação da respectivo ente," Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública poderá realizar processo licitatório: I - destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); 11- em que seja exigida dos licitantes a subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda o 30% (trinta por cento) do total licitado; 11I- em que se estabeleça cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, em certames para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível As vantagens concedidas às Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs) eram uma opção, ato discricionário da Administração Pública. Visando fomentar o crescimento das Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs), em 7 de agosto de 2014, foi sancionada a Lei Complementar 147/2014 que altera a Lei Geral Micro e Pequena Empresa (LC 123/2006). Dentre os artigos alterados cumpre trazer à baila os artigos 47 e 48, motivo da impugnação ao Edital, in verbis: Art 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciada e simplificado para as microempresas e empresas de pequena porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológico. (Redação dado pelo Lei Complementar nP 147. de 2014) Art. 48. Para a cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: Complementar n 147, de 2014) (Redação dada pela Lei 1- deverá realizar processo licita tório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cuja valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar n 147. de 2014) II - poderá, em relação aas processas licitatórias destinadas à aquisição de abras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequena parte; 147, de 2014) (Redação dada pela Lei Complementar n 111 - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) da abjeta para a contratação de microempresas e empresas de pequena parte. (Redação dada pela Lei Complementar n 147, de 2014). Assim, com as alterações trazidas pela Lei Complementar 147/2014 o tratamento diferenciado previsto no art. 47, que era uma opção, ato discricionário da Administração Pública, passou a ser uma obrigação. Todas as licitações no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverão ser feitas exclusivamente para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (art. 48, I). Ainda, na aquisição de bens (não de serviços) de natureza divisível deverá a Administração estabelecer uma cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (art. 48, 111). Ocorre que, o referido edital faz previsão apenas quanto ao art. 48, I. A saber: 4.1. Para os itens e/ou grupos de itens cujos valores totais constarem ATÉ R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme LC 147 de 7 de agosto de 2014, a participação será EXCLUSIVAa microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nq 11.488, de 2007, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto no 932 do artigo 82 da Instrução Normativa SLTI/MPOG n2 2, de 2010. Para os itens e/ou grupos de itens com valores totais A PARTIR DE R\$ 80.000,01 (oitenta mil reais e um centavo), é assegurado o direito de participação às empresas de TODOS OS PORTES, mesmo as que não sejam microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto no li3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010. Contudo, deve-se observar que o referido edital está composto por itens que ultrapassam o montante de 80 mil reais e também está aglomerado em lotes, deixando ser aplicado o disposto no art. 48, 111, no qual exige que seja reservada cota de 25% do objeto da contratação para aquisições de bens e serviços divisíveis. Ou seja, por exemplo, para a aquisição do item 01 - carteira escolar na quantidade total de 6000 unidades, deveria ser reservado 1500 unidades para participação exclusiva de micro e pequenas empresas e 4500 para ampla participação. Da mesma forma, deveria aplicar a todos os demais lotes uma vez que o edital traz a possibilidade de aplicação da margem de

preferência para as micro e pequenas empresas cabendo, para tanto, a aplicação correta da LC nº 147/14. Ao estabelecer as combatidas exigências o ato convocatório restringe a participação de parte do universo de concorrentes, predeterminando apenas as grandes empresas para sagrar-se vencedora do certame. Dessa forma, faz-se urgente a reforma do edital para que seja reservada a cota de 25% por item licitado para participação exclusiva de micro e pequenas empresas, admitindo que o edital traz como um de seus princípios a aplicação da LCnº 147/14. a.3) Da ausência de documentos que demonstrem uma aquisição sustentável A Administração também deve pautar-se pela sustentabilidade de suas aquisições. Desta feita, como grande consumidora de bens e serviços públicos, o Poder Público tem o dever de fazer a contratação licitando o objeto em conformidade com a manutenção e preservação do meio ambiente. A norma basilar que rege a licitação sustentável está disposta no art. 225, caput, da Constituição Federal, que prevê o meio ambiente ecologicamente equilibrado, como direito de todos, impondo ao Poder Público a obrigação de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras contratações. O novo marco normativo das licitações, Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, estabelece entre seus princípios (art. 5º) e como um dos seus objetivos (art. 11, inc. IV) o desenvolvimento nacional sustentável. Além disso, prevê os critérios de sustentabilidade ambiental como um dos parâmetros para definição de remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado (art. 144). Referido princípio permeia a Lei nº 14.133/21 com o objetivo modificar a sistemática utilizada até então nas contratações públicas e zelar pela garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo aos entes públicos, como objetivo esculpido em seu artigo 11, inciso IV, o dever de atuar como incentivador da sustentabilidade nas suas contratações. Não há uma liberalidade para com o poder público e sim uma imposição legal: a de licitar com vistas a incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável com menos impacto sobre o meio ambiente. Para subsidiar a atuação dos gestores na inadiável e obrigatória realidade conferindo-lhes maior segurança jurídica, foram disponibilizados instrumentos que abrangem os tipos de contratações mais usuais na administração pública (tais como compras, serviços e obras), seguindo as orientações da Lei nº 14.133/21. Dentre eles está o "Guia Nacional de Contratações Sustentáveis" da Advocacia Geral da União, bem como seu instrumento de complementação, emitido pela Controladoria Geral da União, intitulado "Cartilha de como inserir critérios de sustentabilidade nas contratações públicas". O judiciário brasileiro em se debruçado sobre essas questões, de forma que o Superior Tribunal de Justiça detém várias teses consolidadas na corte sobre dano ambiental. Recentemente em processo, uma madeireira foi responsabilizada e condenada a pagar R\$ 420.000,00 ( quatrocentos e vinte mil reais) de multa e interditada, em razão de comercializar o "equivalente a 18 caminhões (ou uma Torre Eiffel) de madeira ilegal, vendida ou no local (840 m³). Toda a produção verificada no local era ilícita." Além dessas penalidades foi "obrigada a criar Reserva do Patrimônio Particular Natural de 105 hectares e impedida de contratar financiamentos e receber incentivos fiscais até a conclusão da reparação, em solidariedade com terceiros neste feito". Acerca do tema, o STJ se manifestou sobre tema em vários momentos, trazemos à baila, alguns entendimentos, como: a Súmula n. 613/STJ, em que (...) "Não se admite a aplicação da teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental. (Súmula n. 613/STJ), portanto, "Não há direito adquirido à manutenção de situação que gere prejuízo ao meio ambiente". Também se destaca a Súmula 652/STJ, no qual o STJ consolidou o entendimento de que "A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária. As duas Súmulas citadas, são exemplos de situações em que foi identificada a responsabilidade do causador do dano ao meio ambiente. Desta feita, visando acompanhar a evolução normativa, importante elencar requisitos que contribuam com a aquisição de produtos sustentáveis e, portanto, a necessidade de apresentação de certificado FSC ou CERFLOR, bem como do certificado de conformidade com a NBR 14.020 e 14.022, rótulo ecológico. Frisa-se que não basta ao Poder Público selecionar a melhor proposta. Deve, além disso, selecionar dentre os interessados, aqueles que possuem idoneidade sob o ponto de vista jurídico, econômico, técnico, fiscal, social, securitário e trabalhista, a fim de garantir-se quanto à efetiva entrega do objeto licitado, não bastando, portanto, a mera análise do preço. Nesse contexto, imperioso ressaltar que a Administração também deve primar pela contratação com uma empresa que apresente conformidade em relação as normas ambientais. A falta do estudo de impacto ambiental, quando necessário, poderá ser motivo de nulidade da licitação. Impôs a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9605/98), em seu art. 72, § 8º, sanções administrativas restritivas de direitos para aqueles que venham a desrespeitar as normas que visam à preservação do meio ambiente sustentável, sem prejuízo das sanções penais e civis. Assim, conclui-se ser necessária a exigência de apresentação de certificação que comprove o cumprimento das diretrizes trazidas pela Nova Lei de Licitações e reafirmada pelo Judiciário 2) CONCLUSÃO Fica evidente que as exigências contidas no edital representam óbice à participação de muitos concorrentes com proposta mais vantajosa à Administração, o que atenta contra a exigência legal. Desta forma, não é permitido disfarçar a restrição à competitividade mediante a descrição de especificações técnicas irrelevantes para o atendimento às necessidades a que se destina o objeto da licitação. Sobre o tema, no Acórdão 998/2006 - Plenário, o TCU assim se manifestou: "Trata-se da Representação formulada pela empresa Hora H Treinamento e Informática Ltda., com fundamento no 9 10 do art. 113 da Lei n. 8.666/1993, acerca de possíveis irregularidades praticadas pelo Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Distrito Federal - Sesi/DF, no âmbito da Concorrência n. OS/2006, tipo menor preço, adjudicação por item, prevendo a aquisição de equipamentos de informática para atender os laboratórios das unidades da entidade (fls. 02/12). [...] 2. A representante requereu, primeiramente, a suspensão cautelar de todo e qualquer ato do processo licitatório mencionado, e, posteriormente, a anulação do procedimento ou dos itens viciados, em face de o respectivo edital conter diversas cláusulas que restringiriam o caráter competitivo do certame, direcionariam o resultado da licitação para grandes empresas do ramo e feririam o princípio da igualdade. [...]

b) segundo o Sesi/DF, tais certificados foram exigidos visando à aquisição de equipamentos com qualidade, sendo que a 150- 9001 relaciona-se à qualificação do fabricante e a IEC-609s0, a CsA C22.2 e a ClsPR são atinentes ao equipamento, principalmente quanto a riscos de acidentes; os mencionados certificados são usuais entre fabricantes de equipamentos de informática como Lenovo, Itautec e outros [...]

13. Em que pesem os argumentos oferecidos e as intenções expostas pela entidade, creio que assiste razão à unidade técnica, pois, além de não haver amparo para cláusulas da espécie no próprio Regulamento da entidade, este Tribunal já se manifestou, em diversas oportunidades (Decisão n. 20/1998, Acórdãos ns. 124/2002, 1.708/2003, 1.094/2004, 167/2006, entre outras deliberações do Plenário), quanto à impossibilidade de certificados dessa natureza serem utilizados como critério eliminatório, pelo caráter subjetivo de suas avaliações"

3) DOS PEDIDOS Aduzadas as razões que balizaram a presente Impugnação, esta Impugnante, requer, com supedâneo legal e suas posteriores alterações, bem como as demais legislações vigentes, o recebimento, análise e admissão desta peça, para que o ato convocatório seja retificado no assunto ora impugnado, única forma de se recuperar a característica essencial da disputa, sem os graves indícios de direcionamento do certame. Caso não entenda pela adequação do edital, pugna-se pela emissão de parecer, informando quais os fundamentos legais que embasaram a decisão do Sr. Pregoeiro. Informa, outrossim, que na hipótese, ainda que remota, de não modificado o dispositivo editalício impugnado, TAL DECISÃO CERTAMENTE NÃO PROSPERARÁ PERANTE O PODER JUDICIÁRIO, SEM PREJUÍZO DE REPRESENTAÇÃO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS.

3.3. Tratando-se de um aspecto eminentemente técnico, os autos foram encaminhados à área demandante, nos termos do Despacho–NOVACAP/PRES/NLC (158060256).

3.4. Em resposta, a área técnica exarou o Despacho Despacho–NOVACAP/PRES/DS/DSP/DPAT (158291258) nos moldes do quadro acima.

3.5. É o breve relatório.

#### 4. CONCLUSÃO

4.1. Respalhando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e após a análise da alegação apresentada pela Impugnante, entende-se pelo não acolhimento da Impugnação ao Edital, pela inaplicabilidade de sua alegação.

4.2. A presente resposta à impugnação ao Edital ficará disponível e divulgada nos seguintes endereços eletrônicos: <http://app.novacap.df.gov.br/solicitapublica/> (portal da NOVACAP) e <https://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp>.



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Núcleo de Licitação**, em 10/12/2024, às 17:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= 158294527 código CRC= C2E720B5.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF  
Telefone(s):  
Site - [www.novacap.df.gov.br](http://www.novacap.df.gov.br)